O impasse **brasileiro**

Inoperância e interesses políticos parecem ser os principais obstáculos ao cultivo da soja transgênica no Brasil

ARGEMIRO BRUM



Os produtos transgênicos continuam a ser notícia pelo mundo afora. Embora, na prática, a população mundial continue a consumi-los sem grandes discussões, muitas vezes inconscientemente, esses produtos têm servido a causas políticas, protecionistas e econômicas. Além disso, duas preocupações maiores vieram à tona com esse debate: o risco de os produtores ficarem dependentes das sementes – e portanto dependentes de poucas empresas de sementes – e o risco de que tais produtos possam provocar problemas à saúde humana e ao meio ambiente.

Do ponto de vista político, certos partidos usam essas preocupações para reforçar a velha e surrada tese do confronto com o imperialismo internacional. Os movimentos se radicalizam em nome da ética e da proteção ao meio ambiente, enquanto a ciência – que deveria ser a mais ouvida nesse caso – não tem nenhum resultado conclusivo contra os transgênicos. Ao contrário, a maioria dos cientistas europeus, cercados de forte resistência contra tais produtos, tem declarado que nada os desabona quanto a efeitos sobre a saúde humana ou animal.

Muitos países procuram utilizar a polêmica para proteger momentaneamente seus mercados. É o caso da China com a soja. Visando estimular sua produção interna e ficar menos dependente das importações, o país usou e abusou da informação de que iria exigir certificação para cada carga importada de soja. Após anunciar que definiria as regras do jogo em março, o assunto acabou ficando para dezembro deste ano. Paralelamente, a China anuncia que não possui nenhuma restrição à soja transgênica.

Em termos econômicos, ao menos por enquanto, o debate tem permitido o surgimento de nichos interessantes de mercado para produtos não-transgênicos, os conhecidos convencionais. No caso da soja, isso ficou evidente em alguns países da União Européia e no Japão, que têm procurado selecionar suas compras, embora não paguem um preço condizente com o esforço feito pelo produtor rural e suas cooperativas para isolar o produto, desde a produção até o desembarque no país comprador, o que constitui importante estímulo para que os produtores mantenham o cultivo de soja convencional diante da soja transgênica, que comprovadamente reduz custos de produção. Paralelamente, a soja orgânica – essa sim, bem paga –, abriu um outro nicho interessante de mercado, na esteira dos produtos orgânicos que se destinam à elite mundial, que pode pagar um preço diferenciado por produtos especiais. Na verdade, a economia contemporânea estimula o processo de produção e o surgimento de mercados nos quais produtos diferenciados, com preços diferenciados, ganhem espaço.

Assistimos a uma reação tradicional da sociedade diante do novo. E, como sempre acontece, surgem as mais variadas opiniões, quase sempre calcadas em boatos, sem que se possa discernir a veracidade dos fatos. Salvo exceções realmente isoladas, em geral as sociedades que resistem aos avanços da ciência, em qualquer área, são as que atrasam seu desenvolvimento e dificilmente o recuperam um dia. Isso não significa deixar de lado a precaução diante de novos inventos, porém não significa igualmente obstruir os avanços da ciência e impedir que os cientistas cumpram seu papel e nos informem de modo abalizado.

Duas preocupações envolvem o debate sobre soja transgênica: o risco de os produtores ficarem dependentes de conseguir as sementes e o risco de tais produtos trazerem problemas à saúde humana e ao meio ambiente.

Política *versus* ciência

A história recente da soja no Rio Grande do Sul está cheia de ensinamentos. Apoiando-se na inoperância da Federação quanto à posição a tomar sobre a soja transgênica, o atual governo daquele estado partiu em cruzada contra o produto, principalmente por questões políticas. Incapaz de fazer frente a tamanho desafio, perdeu o controle da situação e o processo virou baderna, com invasões de propriedades, prejuízo de experimentos científicos e destruição de lavouras supostamente transgênicas. Na prática os produtores, buscando uma solução para aumentar sua rentabilidade, comprovaram as vantagens da soja transgênica e passaram a produzi-la – inicialmente alimentados pelo contrabando procedente da Argentina e Paraguai e mais tarde produzindo sua própria semente e revendendo-a aos vizinhos. Perdido o controle desse processo, por absoluta falta de seriedade e lerdeza no trato da questão, os produtores de soja ficaram à mercê de um produto não adaptado à região. O que a ciência deveria fazer com o apoio dos centros de pesquisa no estado – e foi impedida de fazer por ações interesseiras e pouco inteligentes de supostos produtores ligados a movimentos sociais com apoio até explícito do governo estadual –, está sendo feito empiricamente pelos produtores rurais, o que torna ainda mais lenta a conquista de resultados conclusivos.

A seca que se abateu sobre o Rio Grande do Sul no último verão atingiu com mais intensidade, em muitas regiões, a soja transgênica. Faltou uma visão ampla o suficiente para estimular a ciência a fornecer sementes apropriadas a nossas condições de plantio. E isso ocorreu porque as regras não foram definidas com rapidez, enquanto nossos concorrentes – EUA e Argentina – o faziam. Tais regras foram emperradas justamente por ações de supostos defensores dos consumidores e de uma chamada classe produtora que se diz sem terra mas que, na prática, parece não desejá-la. E mais: os mesmos agricultores utilizados nessas manobras, quando se dedicam finalmente a plantar, o fazem com soja transgênica, pois ninguém seria insano o bastante para perder dinheiro por questões políticas que acabam sempre beneficiando alguns poucos.

Espera-se que o Brasil legalize finalmente a soja transgênica, dentro de padrões indicados pela ciência, e deixe os produtores rurais decidirem, com base em cálculos econômicos, que tipo de soja irão plantar. Talvez a posição chinesa de exigir certificação no fim do ano para qualquer importação da oleaginosa – mesmo sem essa intenção – leve o Brasil a tomar uma decisão na direção que o setor primário espera: pesquisa revela que 85% dos produtores da região Centro/Norte do Rio Grande do Sul, que representa 80% da produção de soja do estado, se dizem favoráveis à soja transgênica e reclamam sua legalização.

Argemiro Luís Brum *é professor do DECon/Unijuí, doutor pela EHESS de Paris/França, coordenador, analista e pesquisador da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário (Ceema).*
ceema@admijui.unijui.tche.br